

A Organização Profissional Contábil no Estado do Rio Grande do Sul no Período de 1882 a 1947

RESUMO

Este estudo objetiva apresentar um relato histórico sobre a organização profissional contábil no Estado do Rio Grande do Sul no período de 1882 a 1947, tratando de instituições representativas da classe contábil e de algumas personalidades que nelas atuaram. A pesquisa foi desenvolvida a partir de documentos das instituições estudadas, de informações de periódicos dos séculos XIX e XX, de entrevistas, e outras fontes bibliográficas, constituindo-se em uma pesquisa exploratório-descritiva. Associadas a estes documentos são divulgadas imagens digitalizadas que contribuem para ilustrar alguns dos fatos mencionados. O estudo revela que a organização profissional contábil no Rio Grande do Sul teve sua origem nas entidades representativas da classe comercial, dado que a profissão de Guarda-Livros estava intrinsecamente ligada às atividades das casas comerciais. As instituições mapeadas e descritas neste estudo foram o Club Caixeiral Porto-Alegrense, o Club de Guarda-Livros de Porto Alegre, a Associação dos Empregados do Comércio de Porto Alegre e o Instituto Rio Grandense de Contabilidade. Mesmo tratando-se de uma pesquisa regional, acredita-se ter contribuído para o conhecimento e a formação da memória histórico-cultural da contabilidade brasileira, visto que uma pesquisa desta natureza, com escopo nacional, torna-se, no momento, inviável.

Palavras-Chave: Organização Profissional, Entidades Contábeis, História da Contabilidade.

1 INTRODUÇÃO

Os profissionais contábeis brasileiros reconhecem o Conselho Federal de Contabilidade e os Conselhos Regionais como órgãos de regulação e defesa dos contadores e técnicos em contabilidade, nas mais diversas esferas de atuação. Sabem, também, que além dos conselhos existem os sindicatos, associações, fundações e institutos de abrangência nacional e regional.

Com o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, os profissionais identificam, ainda, outras instituições de origem internacional que também passam a compor o seu cotidiano. Estas organizações internacionais, muitas vezes, não atuam na regulação da profissão, mas exercem influência nas práticas profissionais e, conseqüentemente, no seu ensino.

Analisando o cenário hodierno, torna-se fácil descrever as obrigações e, principalmente, os direitos dos profissionais da contabilidade. Porém, nem sempre houve esta certeza. A contabilidade, devido a sua natureza social, sempre acompanhou o processo de evolução da sociedade. Portanto, para ter se chegado ao estágio atual de regulação profissional, crê-se que muitos esforços devem ter sido despendidos pelos antigos profissionais da contabilidade, os Guarda-Livros.

Para tentar entender como se deu este processo, este estudo busca descrever a origem da organização dos profissionais da contabilidade no período anterior à criação do Conselho Federal de Contabilidade e do Conselho Regional do Estado do Rio Grande do Sul. Estudando o período compreendido entre 1882 e 1947, puderam ser identificadas e descritas, naturalmente sem esgotar o tema, as principais instituições que participaram dos primórdios da organização profissional contábil do estado. Muitas destas instituições dedicavam-se ao

bem-estar dos funcionários das casas comerciais, principal campo de atuação para os profissionais da época.

Para a melhor compreensão do tema, este estudo apresenta, além desta seção introdutória, uma seção dedicada à sua construção e delineamento metodológico, um referencial teórico com os principais fatos relacionados ao objeto da pesquisa, a apresentação dos dados obtidos, as considerações finais e recomendações e, por fim, as referências mencionadas.

2 CONSTRUÇÃO DO ESTUDO E DELINEAMENTO METODOLÓGICO

A construção deste estudo deu-se como parte de uma dissertação de mestrado que buscava o mapeamento da origem e evolução do ensino contábil no Rio Grande do Sul. Dada a riqueza de informações obtidas ao longo da pesquisa, uma série de descobertas adicionais foi realizada.

Desenhar uma história acontecida há mais de um século requer uma busca multivariada de informações. Para tanto, a coleta de dados contou com informações de diversas fontes, para que possíveis erros e vieses fossem eliminados. Algumas destas fontes foram: documentos das próprias instituições descritas, buscadas, muitas vezes, em acervos pessoais mantidos por pessoas generosas; informações jornalísticas de periódicos do século XIX e começo do século XX mantidas por hemerotecas públicas e privadas como o Museu de Comunicação Hipólito José da Costa e a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; entrevistas; revistas editadas pelas organizações estudadas e outras publicações, boa parte das quais com origem no século passado.

A escolha do Rio Grande do Sul para realização do estudo, embora represente uma de suas limitações, foi determinante para sua realização. Seria dispendiosa e inviável a realização desta pesquisa em âmbito nacional, pelo menos no momento de sua realização. Outra limitação deste estudo refere-se à falta de preservação da cultura e da memória das pessoas e organizações que antecederam a contemporaneidade. No ambiente contábil, há uma escassez de instituições e pesquisadores que se dediquem à sua própria história.

Para evitar distorções na compreensão da idéia dos documentos e obras consultadas, utilizaram-se diversas citações literais, transcritas da mesma forma que estavam apresentadas na fonte consultada. Assim, algumas destas citações estão escritas de forma diferente da grafia da língua portuguesa atual.

Em relação aos aspectos metodológicos, este estudo classifica-se, quanto aos seus objetivos, como exploratório-descritiva. Esta classificação deve-se do ineditismo do tema abordado e da busca da caracterização do objeto estudado, sem que se tenha incorrido na exaustão das possibilidades de abordagens (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007).

A coleta de dados classifica-se, de acordo com o descrito no começo desta seção, em documental-bibliográfica, valendo-se, ainda, de uma fonte oral que, segundo Wachholz e Ott (2007) favorece a compreensão de diversos fatos na pesquisa histórico-contábil.

O problema de pesquisa foi abordado de forma qualitativa, considerando os conteúdos apresentados e suas interações com a sociedade e o meio profissional no período de 1882 a 1947.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Com a chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil em 1808, o país começa a experimentar novas condições no comércio, na cultura, no ensino, entre outros. A obra de Caldeira (1995) ilustra uma realidade de prosperidade e de extremos na vida cotidiana, principalmente da Corte, na cidade do Rio de Janeiro. Ao descrever a vida e obra de Irineu Evangelista de Souza, mais conhecido como o Barão de Mauá, o autor propicia o entendimento de diversos fatores relacionados ao comércio e aos serviços da época.

Os empresários, proprietários destes estabelecimentos, exigiam de seus funcionários grande dedicação ao trabalho. Muitas empresas atendiam durante todos os dias da semana, inclusive sábados e domingos, e em horários que contemplavam, facilmente, mais de doze horas laborais diárias (CALDEIRA, 1995). Este processo de formação e evolução social gera, segundo Cardoso (1975), uma organização social personalista e hierárquica, criando paradoxos, impasses e contradições, contribuindo para um autoritarismo de poucos privilegiados.

Esta condição propiciou a criação de organizações sociais representativas de trabalhadores no comércio. Estas entidades passaram a reivindicar alguns direitos coletivos de seus associados como o direito à recreio, instrução e auxílio assistencial, buscando, também, recolocação no mercado para profissionais desempregados e, até mesmo, auxílio funeral para aqueles membros que necessitassem (DUARTE, 2000).

As reivindicações dos direitos representavam uma das poucas possibilidades de melhora nas condições de trabalho, dada a escassez de regulamentação da época. Já o recreio e a instrução buscavam elevar o nível cultural e intelectual de seus membros visto que, segundo Viana (1968, p.54), “há um extenso labor a ser realizado por qualquer comunidade que aspire a alcançar estágios mais adiantados de progresso, por via de elevação do nível da capacidade técnica de sua população ativa”.

A abordagem inicial desta seção pode, em um primeiro momento, parecer desassociada no tema deste estudo. Porém, precisa-se relevar o mercado de atuação dos profissionais contábeis desta época, que possuíam o título de Guarda-Livros ou Auxiliares. Estes profissionais possuíam duas grandes áreas de atuação: o comércio e os órgãos fiscalistas e militares (BARBOSA, 2009). A relação da Contabilidade com o comércio remonta a séculos de história, como as práticas comerciais orientais e a grande evolução contábil promovida no norte da Itália nos séculos XV e XVI (SCHMIDT, 1996).

Já a intrínseca ligação dos primeiros profissionais contábeis de Portugal e de suas colônias com o comércio pode ser verificada na Carta de Lei de 30 de agosto de 1770, onde o Rei de Portugal, além de ressaltar a importância do comércio, fazia clara referência à necessidade de registro do Guarda-Livros, dos Caixeiros, dos Praticantes Portugueses das Casas de Negócios e das Corporações, Sociedades Públicas ou Particulares (RODRIGUES, 1985). A publicação desta carta representou o primeiro esforço governamental na busca pelo registro e controle dos profissionais responsáveis pelas escritas contábeis das empresas. Este controle, além de seu caráter fiscalizador, colocava as atividades comerciais em uma posição hierárquica superior aos pleitos judiciais e as fábricas civis e mecânicas (RODRIGUES, 1985).

Notadamente, a classe comercial era, então, formada por todos os profissionais que nela atuavam e, com maior destaque, inclusive em sua remuneração, os Guarda-Livros (O ATHLETA, 10 de julho de 1894, p.03). Uma das primeiras entidades brasileiras representativa desta classe foi a Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro, fundada em 1880 (SILVA JUNIOR, 2004).

No ano de 1931 foi publicado, no Brasil, o Decreto nº 20.158, de 30 de junho. Este decreto, além de regular o ensino comercial, apresentava, em seu título III, diretrizes para a prática profissional da contabilidade e a exigibilidade de registro dos profissionais na Superintendência do Ensino Comercial (BRASIL, 1931). Esta legislação reconhece os profissionais formados em cursos regulares e aqueles práticos, desde que avaliados por uma comissão.

Após, o Decreto nº 21.033, de 08 de fevereiro de 1932 determinou que nenhum livro ou documento de contabilidade previsto pelo Código Comercial, pela Lei de Falências e por quaisquer outras leis, teria efeito jurídico ou administrativo se não estivesse assinado por atuário, perito-contador, contador ou guarda-livros devidamente registrados na Superintendência do Ensino Comercial (BRASIL, 1932).

Estes dois decretos representam a evolução profissional contábil promovida nas décadas de 30 e 40 do século passado, que teve como um dos seus destaques o Patrono da Contabilidade Brasileira, Professor João de Lyra Tavares que, em 1926, defendeu a criação do Registro Geral dos Contabilistas Brasileiros.

O desejo do Professor João de Lyra Tavares realizou-se anos após seu falecimento, ocorrido em 1930. Em 27 de maio de 1946 foi publicado o Decreto-Lei nº 9.295, criando o Conselho Federal de Contabilidade, definindo as atribuições do Contador e do Guarda-Livros, além de dar outras providências, representando a maior alteração na regulamentação profissional contábil brasileira (BRASIL, 1946).

Diversas instituições envolvendo os profissionais contábeis no Brasil surgiram em diversas cidades desde o século XIX. Como exemplo, pode-se citar o Club de Guarda Livros da Corte, no Rio de Janeiro. Porém, para a realização deste estudo foram selecionados eventos mais representativos para fundamentar os fatos relacionados à organização dos profissionais da contabilidade no Estado do Rio Grande do Sul.

4 ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL CONTÁBIL NO RIO GRANDE DO SUL (1882 - 1947)

Ainda no período imperial, Porto Alegre e região começaram a desenvolver seu comércio. O centro deste desenvolvimento dava-se na antiga Rua da Praia e arredores devido, principalmente, à localização da alfândega na principal praça daquela região (FRANCO, 2006).

Este crescimento era motivado, principalmente, por seu posicionamento geográfico estratégico. Segundo Franco (1983, p.20),

[...] Porto Alegre era o empório de todo o centro e o norte da província, em sua porção ocupada. Muito pouco se havia conquistado ao índio e ao sertão. Mas, ao longo do Jacuí, do baixo Taquari e do Vacacaí, o povoamento estava consolidado. As canoas cobertas alcançavam Santo Amaro, Triunfo, Rio Pardo e Taquari. De Rio Pardo, as carretas, em passo lento, mas seguro, alcançavam Cachoeira e Santa Maria, a Fronteira Oeste e Missões. Também de carreta ou de lombo de muare, desciam para a capital os produtos de Santo Antonio da Patrulha, da Aldeia dos Anjos (Gravataí) e de Viamão, levando em troca as novidades trazidas pelos negociantes da rua da Praia.

Portanto, da mesma forma que o crescimento comercial motivou as primeiras publicações contábeis e seu crescimento no norte da Itália a partir do século XV (SCHMIDT,

1996), o crescimento comercial no Rio Grande do Sul também fomentou o crescimento das práticas contábeis.

A importância dos profissionais contábeis para o comércio e seus proprietários é exposta por Guimarães (2006, p.7):

O commerciante compra ao industrial e vende ao consumidor; o industrial produz para vender ao negociante; o consumidor compra a este o que precisa para a sua manutenção. Este giro constante de produções, esta troca continua de coisas, não está, na rigorosa expressão de phrase, a cargo do industrial, do commerciante ou do consumidor. Aquelle dirige, o segundo é o intermediário, e este gasta, mas a operação, o resultado d'ella, o lucro ou prejuízo, de cada um e de todos três, está exclusivamente a cargo do guarda-livros.

Elle recebe do industrial a nota dos dispendios feitos com o operario, com o machinismo, com a materia prima: compara as despesas com o resultado obtido e diz ao industrial quanto ganhou ou quanto perdeu. O commerciante diz ao seu guarda-livros por quanto comprou e por quanto vendeu, e este diz-lhe quanto ganhou ou quanto perdeu. E o próprio consumidor, se quer ter a sua casa bem governada precisa também de ter um guarda-livros ou de o ser – o que é o mesmo.

A partir da pujança do comércio na capital do Rio Grande do Sul e da ligação direta da função de guarda-livros às práticas comerciais, tornou-se necessária a qualificação e a formação de profissionais para, principalmente, se encarregarem da escrituração mercantil. Tal fato pode ser observado no anúncio em jornal no ano de 1894, oferecendo emprego para Guarda-Livros, conforme Figura 1.

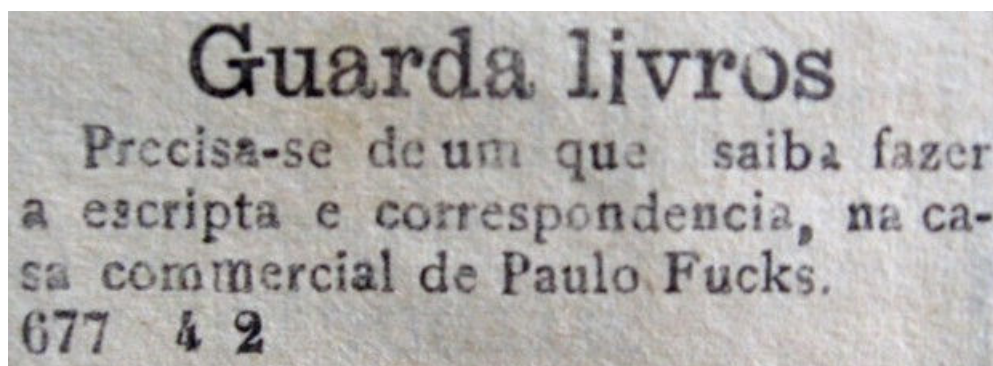


Figura 1: Anúncio de emprego para Guarda-Livros

Fonte: A Reforma, 10 de fevereiro de 1894, p.3.

É neste cenário de prosperidade econômica que começaram a surgir as organizações em prol dos funcionários das casas comerciais e, conseqüentemente, dos Guarda-Livros e auxiliares. No Rio Grande do Sul, destacaram-se, na Capital, o Club Caixeiral Porto-Alegrense, o Club de Guarda-Livros, a Associação dos Empregados do Comércio de Porto Alegre e o Instituto Rio Grandense de Contabilidade.

4.1 CLUB CAIXEIRAL PORTO-ALEGRENSE

O Club Caixeiral Porto-Alegrense teve sua criação em 1º de outubro de 1882, declaradamente inspirada na Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro, fundada dois anos antes (SILVA JUNIOR, 2004). Sua finalidade, segundo o capítulo primeiro

dos seus estatutos, fundamentava-se conforme segue (O ATHLETA, 08 de outubro de 1899, p.01):

Artigo 1º - O Club Caixeiral Porto-Alegrense, fundado a 1º de Outubro de 1882 e installado a 1º de Novembro do mesmo anno na cidade de Porto Alegre, capital do Rio Granno (sic!) Sul, tem por fim:

§ 1º - Congregar os caixeiros e demais empregados do commercio, em um grêmio de fraternidade e união.

§ 2º - Pugnar pelos interesses da classe caixeiral.

§ 3º - Advogar todas as questões tendentes á classe caixeiral, procedendo sempre de accordo com os interesses de caixeiros e commerciantes.

§ 4º - Formar um fundo de socorros em favor dos sócios effectivos, quando delle precisarem.

§ 5º - Estabelecer uma enfermaria no edificio do Club, para o tratamento dos socios enfermos, logo que o permittam as condições financeiras.

§ 6º - Promover a instrucção e recreio entre os seus associados, sustentando aulas, organisando uma bibliotheca e proporcionando diversões que a Directoria julgar conveniente, uma vez que não affectam os interesses do Club, bem como influenciar sobre a collocação do sócio desempregado.

Para atingir seus objetivos, o club oferecia aulas de português, francês, escrituração mercantil, entre outras, além de ofertar uma biblioteca e um departamento de assistências onde, inclusive, buscava-se recolocação para sócios desempregados (BARBOSA, 2009).

Possuía, também, funções hoje relacionadas a sindicatos e associações. Em um jornal publicado semanalmente, chamado O Athleta, os diretores e associados clamavam por direitos como o descanso aos domingos e a redução da jornada de trabalho dos trabalhadores no comércio, algo até então rotineiro nas casas comerciais.

Estes anseios, muitas vezes, surgiam por meio da participação dos associados em seu periódico. Uma das críticas a situação de então dos caixeiros foi expressa na opinião do Sr. Antonio Leite. Ele argumentava: “o Caixeiro actual tem necessidade da luz redemptora da instrucção, porque elle convive em um meio civilisado; tem outras tendencias superiores as dos nossos irmãos do seculo passado, que esperavam bestificados o acaso, o imprevisto – a obra da Providencia” (O ATHLETA, 02 de julho de 1893, p.02).

O Club Caixeiral Porto-Alegrense encerrou suas atividades em meados do século XX, tendo publicado, ainda, o Almanaque Comercial Mercúrio no período de 1927 a 1929. A criação do Club de Guarda-Livros, em Porto Alegre, apresenta-se como um dos motivos de seu enfraquecimento e posterior decadência.

4.2 CLUB DE GUARDA-LIVROS DE PORTO ALEGRE

A fundação do Club de Guarda-Livros de Porto Alegre, no dia 03 de junho de 1894, ocorreu nas dependências do Club Caixeiral Porto Alegrense, e representou a criação da primeira instituição profissional exclusivamente contábil do Rio grande do Sul. O seu estatuto era, na verdade, uma cópia dos estatutos do Club Caixeiral Porto-Alegrense (O ATHLETA, 17 de junho de 1894).

Sua primeira diretoria era composta pelos senhores Armando Mazon (1º Secretário), Frederico Santiago (2º Secretário) e Mazzarino de Moraes, que eram membros ativos do Club

Caixeiral Porto-Alegrense. Este fato gerou grande descontentamento na direção do Club dos Caixeiros devido à divisão que ocorreria em seu quadro social. Segundo o redator do jornal O Athleta “o Club Caixeiral quando se fundou foi para advogar e melhorar as condições dos caixeiros e guarda-livros, e, por essa razão, considerou na categoria de sócios effectivos unicamente caixeiros viajantes e guarda-livros” (O ATHLETA, 10 de junho de 1894).

Além da redação do jornal, um associado identificado como Sellet, também indignado com a fundação do Club de Guarda-Livros, escreveu para a redação (O ATHLETA, 17 de junho de 1894, p.03):

Escreve-nos um distinto consocio:

“Lendo no Jornal do Commercio um annuncio convidando os guarda-livros de Porto Alegre para uma reunião no edificio em que funcçiona o Club Caixeiral, a ella compareci, não como guarda-livros, mas como socio desse Club, no desejo de vêr em que bases se assentava a nossa aggremação, e tive o desgosto de vêr nada mais, nada menos do que simplesmente a mania de associação, como a mania dos cafés, das companhias e tantas outras que se desenvolvem nesta capital.

Digo isto porque as bases da nova sociedade são as mesmas do Club Caixeiral: Beneficencia, Instrucção e Recreio.

Ora, existindo aqui uma sociedade, que julgo em nada ter desmerecido no conceito publico e onde os Srs. guarda-livros encontrarão todas as regalias existentes nessas mesmas bases, não pôde deixar de ser mania a criação de outra.

Há quem diga que os guarda-livros, não querendo hobrear-se com os humildes caixeiros, crearam essa associação, e eu afirmo que não ha tal, porque vi caixeiros fazendo parte da assembléa geral, e, perguntando a um dos iniciadores como era isso, elle respondeu-me que eram ajudantes de escripta. Então tivemos uma pequena discussão e finalizei dizendo que qualificava a nova associação de – um segundo CLUB CAIXEIRAL com a denominação de Associação de Guarda-livros.

Sim, porque desta forma todos os caixeiros são ajudantes de escripta da casa em que estão empregados e, por conseguinte, aptos para pertencerem à nova sociedade.

Eu julgava que formavam na mesma associação simplesmente os Srs. guarda-livros, tendo por único fim a beneficência, em caso de invalidez de seus collegas e associados, e não uma sociedade de recreio...

Enganei-me, razão porque digo aos dedicados socios do CLUB CAIXEIRAL:

- Em guarda!

A partir da publicação deste “desabafo” no jornal O Athleta, pode-se identificar a estreita relação dos guarda-livros com o comércio e, também, a corroboração dos caixeiros na escrita das empresas, originando, daí, a classe dos auxiliares de guarda-livros. Além disso, ressalta-se a percepção do autor de que os profissionais contábeis estavam, ou, pelo menos, pensavam estar, em um nível superior ao dos caixeiros.

Estes fatos corroboram para a afirmação de que, definitivamente, as entidades da classe comercial do século XIX e do começo do século XX abrangiam, em seu quadro social e diretivo, os profissionais contábeis que estivessem dispostos a delas participarem.

Devido à escassez de informações não se pode precisar a data de encerramento das atividades do Club de Guarda-Livros de Porto Alegre. Porém, acredita-se que tenha ocorrido no começo do século XX.

4.3 ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DO COMÉRCIO DE PORTO ALEGRE

A Associação dos Empregados no Comércio de Porto Alegre foi fundada, também declaradamente inspirada na Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro, em

04 de outubro de 1899 e definitivamente instalada em 02 de fevereiro de 1900. Inicialmente, instalou-se na Rua 7 de setembro, nº 117, centro de Porto Alegre. Em 25 de março de 1903 a instituição mudou-se para seu prédio próprio, situado à Rua Dr. Flores nº 220, onde funcionou até o seu fechamento (AEC, 1949). Este prédio (Figura 2) existe até os dias de hoje.



Figura02: Sede Própria da Associação dos Empregados do Comércio de Porto Alegre
Fonte: AEC (1950, p.27).

Sua primeira direção, após a instalação em 02 de fevereiro de 1900, era composta por (AEC, 1949):

Presidente: Emílio da Silva Ferreira; Vice-Presidente: Arlindo Caminha; 1º Secretário: Aristoles S. Barboza; 2º Secretário: Miguel Coelho Borges; Theoureiro: Victor Pinto Vieira; 2º Theoureiro: J. A. Damasceno Ferreira; Bibliothecario: Gustavo Quaresma; Procurador: J. Cavalcanti; Conselho: Francisco Soares de Almeida, Porfírio Jubim, Ovidio Silveira Martins, Francisco Gomes Carollo, Isidoro Marx, Christiano Kessler, Hercules G. Limeira, Arthur Bastian, Gerard Greven. Comissão de Exame de contas: Antonio Machado, Mazarino Moraes, Carlos A. Dubois.

Já na sua instalação a instituição contava com 480 sócios, dentre os quais uma grande quantidade de profissionais da contabilidade. Este fato deve-se a própria natureza da entidade que, de acordo com o apresentado no primeiro artigo do primeiro capítulo dos seus estatutos, contemplava todos os profissionais comerciais (AEC, 1950).

Art. 1º- A Associação dos Empregados no Comércio de Pôrto Alegre, fundada em 4 de Outubro de 1899 e instalada em 2 de Fevereiro de 1900, nesta Capital, onde tem sua sede e foro jurídico, é constituída por ilimitado número de sócios de ambos os sexos, maiores de 14 anos, que empregam a sua atividade no comércio. Compreendem-se nesse caráter os empregados de escritório, balcão e armazém, leiloeiros, corretores, despachantes, guarda-livros e contadores, negociantes, industriais estabelecidos, administradores de companhias, diretores e funcionários de estabelecimentos bancários, representantes e viajantes comerciais, todos com amplo direito a voto e cargo, ressalvadas as disposições do § único do art. 22 º.

O parágrafo único do artigo 22º, determinava que menores de 18 anos não podiam votar nem candidatar-se a cargos eletivos na instituição.

A Associação dos Empregados no Comércio de Porto Alegre fornecia atendimento médico e odontológico, uma biblioteca, e aulas de comércio, onde se formavam guarda-livros. Para a formação destes profissionais a instituição criou, em 14 de maio de 1900, a Escola Mauá, instituição que durante décadas marcou o ensino profissional contábil na região metropolitana de Porto Alegre no Rio Grande do Sul (BARBOSA, 2009).

Em um período incerto, entre as décadas de 50 e 60 do século XIX, a Associação encerrou suas atividades. Este fato deveu-se, entre outros, a criação de sindicatos representativos especificamente das classes profissionais por ela contempladas.

4.4 INSTITUTO RIO GRANDENSE DE CONTABILIDADE

O Instituto Rio Grandense de Contabilidade foi fundado em 14 de janeiro de 1933 para congregar guarda-livros, contadores, diplomados ou provisionados, em todo o Estado do Rio Grande do Sul. Sua cerimônia inaugural reuniu diversas autoridades, como o Interventor Federal no estado, Sr. Flores da Cunha, e o Prefeito de Porto Alegre, Major Alberto Bins (PEREIRA, 1934).

Por ocasião da instalação e inauguração da sede social do Instituto, o Sr. João Pereira proferiu um discurso salientando os objetivos da instituição. Segundo ele

o Instituto Rio Grandense de Contabilidade, não é uma organização syndical, não ha distinguir aqui, entre empregadores e empregados. Elle congrega profissionaes e cultores da contabilidade, que, prestando-se reciprocamente assistência moral e material, buscam realizar objectivos mais elevados (REVISTA RIO GRANDENSE DE CONTABILIDADE, 1934, p.16).

O Instituto, inicialmente, pretendia tornar-se um sindicato. Mas devido às limitações legais, pela já existência de um sindicato da mesma classe profissional, na mesma região, sua diretoria decidiu realizar uma fusão com o Sindicato dos Contabilistas de Porto Alegre, entidade ainda em atividade. Os sócios de qualquer uma das instituições podiam usufruir dos benefícios de ambas (OLIVEIRA, 1934).

Para divulgar seus atos e corroborar na informação e formação de seus associados, o Instituto Rio Grandense de Contabilidade editava a Revista Rio Grandense de Contabilidade. Esta revista representou a primeira publicação gaúcha dedicada exclusivamente à contabilidade. Sua última publicação foi a de número 255, em novembro de 1955, tendo sido impressa por mais de vinte anos. A coleção completa desta obra pode ser consultada na

biblioteca central da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e na biblioteca do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, ambas em Porto Alegre.

A primeira diretoria do Instituto (Figura 3) foi composta pelos seguintes senhores, da esquerda para a direita: sentados, Carlos Carneiro da Cunha, João Ribeiro da Cunha, Heitor Braga, Affonso Sanmartin, Sandro Ribeiro e Florentino Nems; em pé, Guido Mondin, Oriovaldo Krug, Henrique Desjardins e Antonio Martins.



Figura 3: Primeira Diretoria do Instituto Rio Grandense de Contabilidade
Fonte: Revista Rio Grandense de Contabilidade (1935, p.3).

Nesta foto não aparece, justamente, o seu primeiro presidente, o Professor Alcides Dias Antunes, que exerceu o cargo durante cinco anos. O Prof. Alcides (Figura 4) formou-se em Ciências Econômicas e Financeiras em 1913, na primeira turma do curso superior da Escola Superior de Comercio de Porto Alegre, atual Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, da qual, inclusive, foi Professor Catedrático de Contabilidade Pública (REVISTA RIO GRANDENSE DE CONTABILIDADE, 1935, p.115). O nome deste professor pode ser encontrado em diversas obras e instituições na cidade de Porto Alegre, revelando a sua dedicação à contabilidade gaúcha.



Figura 4: Professor Alcides Dias Antunes

Fonte: Revista Rio Grandense de Contabilidade (1935).

O Instituto Rio Grandense de Contabilidade foi inspirado no Instituto de Contabilidade do Estado de São Paulo, com o qual possuía boas relações. Em 04 janeiro de 1935, o Professor Francisco D'Áuria, presidente do instituto paulista, professor e pesquisador de renome internacional, fez uma visita à associação gaúcha, onde, além de realizar uma conferência (Figura 5), participou de um churrasco acompanhado de sua esposa.



Figura 5: Conferência do Prof. Francisco D'Áuria realizada no Instituto Rio Grandense de Contabilidade

Fonte: Revista Rio Grandense de Contabilidade (1935, p.33).

A presença do Prof. Francisco D'Áuria, além de outros professores pertencentes ao instituto paulista, pode ser identificada em diversos outros momentos no decorrer das atividades do instituto gaúcho.

A participação de alguns associados do instituto paulista foi muito além de apenas palestras e troca de informações. A exemplo do Instituto de Contabilidade do Estado de São Paulo, o Instituto Rio Grandense de Contabilidade foi a base para a criação do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio Grande do Sul (CRC-RS) no ano de 1947 (CRC/RS, 2008).

Após a publicação do Decreto-Lei nº 9.295/1946, foi criado o Conselho Federal de Contabilidade e os Conselhos Regionais de Contabilidade. Em 1947 o Instituto Rio Grandense de Contabilidade deixou de existir para dar espaço ao CRC-RS. A condução deste processo teve como líder o último presidente do instituto gaúcho, o Professor Henrique Desjardins.

O Professor Henrique Desjardins foi “Lente” Catedrático da Universidade do Rio Grande do Sul, hoje UFRGS, além de ser um profissional respeitado no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e alguns outros estados da Federação. Seu legado intelectual apresenta diversos artigos, principalmente na Revista Rio Grandense de Contabilidade e em livros publicados (BARBOSA, 2009).

O Professor Henrique Desjardins, na condição de último presidente do Instituto Rio Grandense de Contabilidade, assumiu o cargo de primeiro presidente do Conselho Regional de Contabilidade. Para firmar sua ligação ao órgão profissional contábil recém instalado, o Professor Desjardins não abriu mão de ser o primeiro profissional registrado no Rio Grande do Sul, e, para tanto, pernitoou em frente ao Conselho na véspera do primeiro dia de registro para, assim, garantir, de forma justa, que seria o contador número um do CRC-RS (Figura 6) (AVELINE, 2009).

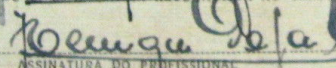

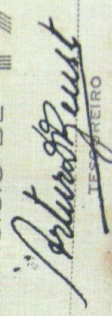
Conselho Regional de Contabilidade RIO GRANDE DO SUL		
CARTEIRA E REGISTRO N.º	CATEGORIA	N.º REGISTRO NA D. E. C.
Um	Contador	5.934
Expedida a: Henrique Desjardins		
Filiação: Paulo Desjardins e Elisabeth Nectoux Desjardins.		
Data do nascimento: 6 / 2 / 1893		
Nacionalidade: Brasileira.		
Naturalidade: Porto Alegre.		
Provisionado em 10 / 5 / 32, de acordo com a alinea VII do art. 2.º do Decreto n. 21.033, de 1932.		
P. Alegre, 27 de setembro de 1947		
 PRESIDENTE DO C. R. C. (FIRMA RECONHECIDA NO VERSO)		
 ASSINATURA DO PROFISSIONAL		
ESTA CARTEIRA TEM O VALOR LEGAL DE CARTEIRA DE IDENTIDADE E TERÁ FÉ PÚBLICA, CONFORME ART. 18 DO DECRETO LEI N.º 9295 DE 27-5-46.		
 (SÓ TEM VALOR COM O CARIMBO DO C. R. C.)		IMPRESSÃO DIGITAL (POLEGAR DIREITO) 
		
		PAGOU A ANUIDADE RELATIVA AO EXERCÍCIO DE 1947  TESOUREIRO

Figura 6: Registro do CRC/RS de Henrique Desjardins
Fonte: CRC/RS (2009).

Após a efetivação do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, parte-se para uma nova etapa relacionada com a profissão contábil gaúcha; a criação da Revista Rio Grandense de Contabilidade em 1947, primeira publicação oficial do CRC-RS.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao pesquisar-se sobre a história da contabilidade se encontra, com facilidade, algumas obras bem elaboradas que contemplam a evolução contábil na Europa, nos Estados Unidos e em alguns países do oriente.

Quando se pesquisa sobre a história da contabilidade no Brasil, o número de publicações se reduz acentuadamente. Esta situação pode, num primeiro momento, levar a duas conclusões: o Brasil não possui um histórico contábil, ou não há uma pesquisa representativa sobre o tema no país.

Neste estudo, buscou-se apresentar os primórdios da organização profissional contábil no Estado do Rio Grande do Sul e, para tal, buscou descrever algumas das características do Club Caixeiral Porto-Alegrense, do Club de Guarda-Livros de Porto Alegre, da Associação dos Empregados do Comércio de Porto Alegre e do Instituto Rio Grandense de Contabilidade.

A análise destas entidades torna evidente que nos primórdios da organização profissional contábil, os seus profissionais possuíam estreita relação com o comércio, sendo, na verdade, a profissão de Guarda-Livros uma das mais notórias da carreira comercial.

Em todas as entidades estudadas pode-se perceber a preocupação dos seus diretores em lutar pelos direitos dos seus associados, além de fornecer instrução, informação e qualidade de vida, seja através de atendimento médico ou de recreação.

O Instituto Rio Grandense de Contabilidade, além de representar um dos maiores avanços da organização contábil gaúcha, foi base para a criação do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, representando toda a efervescência cultural e política brasileira das décadas de 40 e 50 do século passado.

Espera-se que este estudo tenha contribuído para tornar pública a organização profissional contábil no Estado do Rio Grande do Sul no período de 1882 a 1947, além de ter alertado para o fato de que a contabilidade brasileira possui grande riqueza histórica, mesmo que boa parte ainda esteja oculta, e que está a espera de pesquisadores que se dediquem a ela.

Por fim, espera-se que novas pesquisas relacionadas com a temática histórico-contábil sejam realizadas nas mais variadas regiões do Brasil, uma vez que riqueza histórica a contabilidade brasileira possui, basta apenas investigá-la.

REFERÊNCIAS

A REFORMA. **Anúncio de Emprego para Guarda-Livros**. Porto Alegre, 10 de fevereiro de 1894, p.03.

AEC - ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DO COMÉRCIO DE PORTO ALEGRE. **Estatuto da Associação dos Empregados no Comércio de Pôrto Alegre**. Porto Alegre, 1950.

AEC - ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DO COMÉRCIO DE PORTO ALEGRE. **Poliantéia Comemorativa do 50º Aniversário de Fundação da Associação dos Empregados no Comércio de Porto Alegre**. Porto Alegre, 1949.

AVELINE, Carmem. Porto Alegre, 09 de janeiro de 2009 (entrevista concedida ao autor).

BARBOSA, Marco Aurélio Gomes. **Origem e Evolução do Ensino da Contabilidade no Rio Grande do Sul**: um estudo histórico do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. São Leopoldo: UNISINOS, 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis), Programa de Pós Graduação em Ciências Contábeis, Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

BRASIL. **Decreto nº 20.158**, de 30 de junho de 1931. Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.cosif.com.br/mostra.asp?arquivo=dec20158-1931>>. Acesso em 19 jan. 2011.

BRASIL. **Decreto nº 21.033**, de 08 de fevereiro de 1932. Estabelece novas condições para o registro de contadores e guarda-livros, e da outras providências. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=33347>>. Acesso em 20 jan. 2011.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 9.295**, de 27 de maio de 1946. Cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Guarda-Livros e dá outras providências. Disponível em: <<http://cfc.org.br/uparq/lei1249.pdf>>. Acesso em 20 jan. 2011.

CALDEIRA, Jorge. **Mauá**: o empresário do império. Companhia das Letras: São Paulo, 1995.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Autoritarismo e Democratização**. 3ª ed.. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia Científica**. 6ª. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CRC/RS - CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL. **Arquivo de Registros Profissionais**. Porto Alegre: 2009

CRC/RS. CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL. **Centro de Memória Virtual do CRC/RS**. Disponível em <<http://www.crcrs.org.br/memorial/>>. Acesso em: 12 out. 2008.

DUARTE, Paulo Cesar Borges. A Fundação e os Objetivos dos Clubes Caixeirais no Rio Grande do Sul: 1879 a 1890. **História em Revista**. Vol. 06. Pág. 159-167. Pelotas: UFPEL, 2000.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre e seu Comércio**. Porto Alegre: Associação Comercial de Porto Alegre, 1983.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre**: guia histórico. 4ª. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

GUIMARÃES, Joaquim Fernando da Cunha. Guarda-Livros, Contabilista e TOC. **Revista Eletrônica INFOCONTAB**. nº.8. Lisboa: abril, 2006.

- O ATHLETA. **Club de Guarda-Livros**. Porto Alegre, 10 de junho de 1894, p.03.
- O ATHLETA. **Club de Guarda-Livros**. Porto Alegre, 10 de junho de 1894, p.03.
- O ATHLETA. **Club de Guarda-Livros**. Porto Alegre, 17 de junho de 1894, p.03.
- O ATHLETA. **Correspondência do Sr. Antonio Leite**. Porto Alegre, 02 de julho de 1893, p.02.
- O ATHLETA. **Estatutos do Club**. Porto Alegre, 08 de outubro de 1899, p.01.
- OLIVEIRA, Ernani de. O Nosso Sindicato em Face da Nova Lei Syndical. **Revista Rio Grandense de Contabilidade**. v.1, nº.1, p.13. Porto Alegre, 1934.
- PEREIRA, João. A Inauguração Solemne da Nossa Séde Socia. **Revista Rio Grandense de Contabilidade**. v.1, nº.1, p.14-21. Porto Alegre, 1934.
- REVISTA RIO GRANDENSE DE CONTABILIDADE. v.1, nº1. Porto Alegre: Instituto Rio Grandense de Contabilidade, 1934.
- REVISTA RIO GRANDENSE DE CONTABILIDADE. v.1, nº4-6. Porto Alegre: Instituto Rio Grandense de Contabilidade, 1935.
- RODRIGUES, Alberto Almada. A Primeira Regulamentação da Profissão Contábil em Portugal e no Brasil: a matrícula dos homens de negócios (comerciantes). **Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul**. nº.42. Porto Alegre: CRCRS, 1985.
- SCHMIDT, Paulo. **Uma contribuição ao estudo da História do Pensamento Contábil**. São Paulo: USP, 1996. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade), Programa de Pós Graduação em Contabilidade, Universidade de São Paulo.
- SILVA JUNIOR, Adhemar Lourenço da. **As Sociedades de Socorro Mútuo: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul – Brasil, 1854-1940)**. Porto Alegre: PUCRS, 2004. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- WACHHOLZ, Carla Rosângela; OTT, Ernani. Pesquisa Documental e História Oral Temática: sua utilização na elaboração de biografias de professores e pesquisadores da área contábil no Brasil. In: **7º Congresso USP de Contabilidade e Controladoria**, 26 e 27 de julho. São Paulo: USP, 2007.